

SUMÁRIO PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS PRINCÍPIOS	15
<i>Por Roberto de Paula</i>	
1. Considerações iniciais.....	17
2. Fundamentos jusfilosóficos do positivismo jurídico.....	18
3. Jusnaturalismo x juspositivismo: superação da dicotomia e normatividade dos princípios	20
4. A força normativa dos princípios	25
5. A solução de conflitos entre regras e colisão entre princípios	28
6. Conclusão.....	31
7. Referências bibliográficas.....	32
CAPÍTULO II – PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA	35
<i>Por Livia R. De Rosis Peixoto</i>	
1. Considerações iniciais.....	37
2. Resolução dos conflitos na história.....	39
2.1. Autotutela.....	40
2.2. Autocomposição	41
2.3. Arbitragem.....	42
3. Jurisdição no Estado de Direito: a luta pela cidadania e o movimento mundial de acesso à justiça	44
3.1.A transposição de dificuldades	47
3.2.Contribuições do Projeto Florença – Bryan Garth e Mauro Capelletti	48
4. Um novo enfoque do acesso à justiça	52
4.1.Transposição das novas barreiras.....	55
5.Conclusões.....	57
6. Referências bibliográficas.....	58
CAPÍTULO III – PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	63
<i>Por Thiago Caversan Antunes</i>	
1. Considerações iniciais.....	65
2. Panorama histórico	66
3. O devido processo legal no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo.....	72
4. O devido processo legal na jurisprudência.....	79
5. Conclusão.....	81
6. Referências bibliográficas.....	82
CAPÍTULO IV – PRINCÍPIO DA ISONOMIA PROCESSUAL	85
<i>Por Alexandre Sturion de Paula</i>	
1. Considerações iniciais.....	87
2. Definição de princípio jurídico	89
3. Princípio da isonomia e princípio da igualdade:	

terminologia	91
4. Princípio da isonomia: breve marco evolutivo.....	92
5. Princípio da isonomia: reflexão acerca de seu conteúdo jurídico	96
6. Delimitação constitucional e função do princípio da isonomia.....	100
7. Princípio da isonomia processual com foco na atuação judicial	103
8. Conclusão.....	109
9. Referências bibliográficas.....	111
 CAPÍTULO V – PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	113
<i>Por Maria Celia Nogueira Pinto e Borgo</i>	
 1. Considerações iniciais.....	115
2. Evolução histórico-legislativa do princípio da motivação no ordenamento jurídico brasileiro	116
3. Alcance do princípio da motivação e a sua correlação com outros princípios atinentes à atividade jurisdicional	120
 4. Ausência e insuficiência de fundamentação. Consequências jurídico-processuais da não observância do princípio da motivação.....	126
5. Conclusão.....	133
6. Referências bibliográficas.....	136
 CAPÍTULO VI – PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	139
<i>Por Bruno Ponich Ruzon</i>	
 1. Considerações iniciais.....	141
2. Observações históricas.....	143
3. Reconhecimento internacional.....	146
4. Noção contemporânea.....	148
4.1. Contraditório.....	148
4.2. Ampla defesa	149
5. Procedimento	151
5.1. Contraditório.....	151
5.2. Ampla defesa	156
6. Colisão com outros princípios	160
7. O maior inimigo: o Estado.....	163
8. Conclusão.....	165
9. Referências bibliográficas.....	165
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167